

# Zona de fronteira e redes de interações transfronteiriças: uma análise a partir de Pato Bragado (PR) e Colônia Marangatú (Nueva Esperanza-Canindeyú-PY)<sup>1</sup>

Aline Kammer<sup>2</sup>  
Maristela Ferrari<sup>3</sup>

**Resumo:** O presente trabalho tem por objetivo analisar quais os fatores que contribuíram e ainda contribuem para o surgimento de redes de interação transfronteiriças no segmento da zona de fronteira brasileiro-paraguaia formado por Pato Bragado (PR) e “Colônia Marangatú” (Nueva Esperanza PY). Tal segmento fronteiriço passou por profundas transformações, notadamente a partir da segunda metade do século XX, quando se deu o processo de construção da barragem de Itaipu, levando inúmeros agricultores brasileiros atingidos pela obra a migrarem para o lado paraguaio. A partir de tal fato constata-se o estabelecimento de inúmeras redes de interações transfronteiriças, entre elas, as mais expressivas têm sido a busca de serviços médico-hospitalares, educação, trabalho e produtos de consumo corrente. O que se constata é que tais redes estabelecidas do lado paraguaio para o lado brasileiro são promovidas, especialmente, por migrantes brasileiros e seus filhos residentes no lado paraguaio. Já as redes de interações estabelecidas do lado brasileiro para o paraguaio (Pato Bragado para “Colônia Marangatú”) têm caráter mais sociocultural, estão ligadas às relações de amizade e família. Outras redes são identificadas como a de trabalhadores rurais, agricultores que residem em Pato Bragado e possuem terras em “Colônia Marangatú” atravessam cotidianamente o limite internacional para trabalhar. Apesar de serem vistas como ilegais pelos Estados nacionais, pois a passagem entre o território brasileiro e o território paraguaio não foi legalizada entre os dois países, as redes de interações transfronteiriças que lá se verificam geram fluxos cotidianos no segmento de fronteira analisado.

**Palavras-chave:** Redes de interações transfronteiriças; zona de fronteira; Pato Bragado; Colônia Marangatú e Paraguay.

---

<sup>1</sup> Este trabalho faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) e está vinculado ao Laboratório de Estudos sobre Fronteira, Território e Ambiente (GEFTA) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon), sob Orientação da Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Maristela Ferrari.

<sup>2</sup> Graduada em Geografia, Mestranda em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon). Email: [alinealinekammer@outlook.com](mailto:alinealinekammer@outlook.com).

<sup>3</sup> Docente do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE/Campus Marechal Cândido Rondon). Email: [maristela7ferrari@gmail.com](mailto:maristela7ferrari@gmail.com).

# Border area and networks of cross-border interactions: an analysis from Pato Bragado (PR) and Colonia Marangatú (Nueva Esperanza-Canindeyú-PY)

**Abstract:** This paper to analyze which factors contributed to and still contribute to the emergence of cross-border interaction networks in the segment of the Brazilian-Paraguayan border zone formed by Pato Bragado (PR) and “Colônia Marangatú” (*Nueva Esperanza PY*). This frontier segment underwent profound transformations, notably from the second half of the 20th century, when the construction of the Itaipu dam took place, leading many Brazilian farmers affected by the work to migrate to the Paraguayan side. From this fact we can see the establishment of numerous networks of cross-border interactions, among them, the most expressive has been the search for medical and hospital services, education, work and products of current consumption. What is clear is that such networks established from the Paraguayan side to the Brazilian side are promoted, especially by Brazilian migrants and their children residing on the Paraguayan side. The networks of interactions established from the Brazilian side to the Paraguayan (Pato Bragado to Colônia Marangatú), are more sociocultural, are linked to the relationships of friendships and family. Other networks are identified as rural workers, farmers living in Pato Bragado and have land in Colonia Marangatú daily cross the international limit to work. Despite being seen as illegal by the national states, since the passage between the Brazilian territory and Paraguayan territory was not legalized between the two countries, the networks of cross-border interactions that occur there generate daily flows in the border segment analyzed.

**Keywords:** Cross-border interaction networks; border area; Pato Bragado; *Colônia Marangatú* and Paraguay.

## Introdução

Atualmente, fronteira tem sido objeto de estudo de várias ciências e não apenas da geografia, e seu conceito foi e continua sendo objeto de estudos de geógrafos e demais pesquisadores. A fronteira é muitas vezes interpretada apenas como linha limítrofe entre dois territórios nacionais, mas tal ideia não faz jus ao seu real significado (MACHADO, 1998; RAFFESTIN, 1993). Fronteira é uma descontinuidade política, mas, ao mesmo tempo, apresenta uma grande porosidade, notadamente em zonas fronteiriças ocupadas. Segundo Ferrari (2011):

A zona de fronteira pode ser entendida como espaço que emerge da demarcação do limite político territorial entre dois Estados Nacionais; ela se encontra na confluência entre dois territórios fundados sobre duas culturas e identidades nacionais construídas dentro da oposição entre “nós e os outros”. Mas, longe de ser apenas espaço político geográfico, marcado pela diferença cultural, identidade nacional e pertencimento territorial, a zona de fronteira é também espaço social e cultural. (FERRARI, 2015, p. 2).

A partir da noção de zona de fronteira como espaço de interações transfronteiriças sugerida por Ferrari (2015), pode-se então analisar as redes de interações transfronteiriças. Na mesma direção Machado (2005) explica que o “conceito de zona de fronteira”:

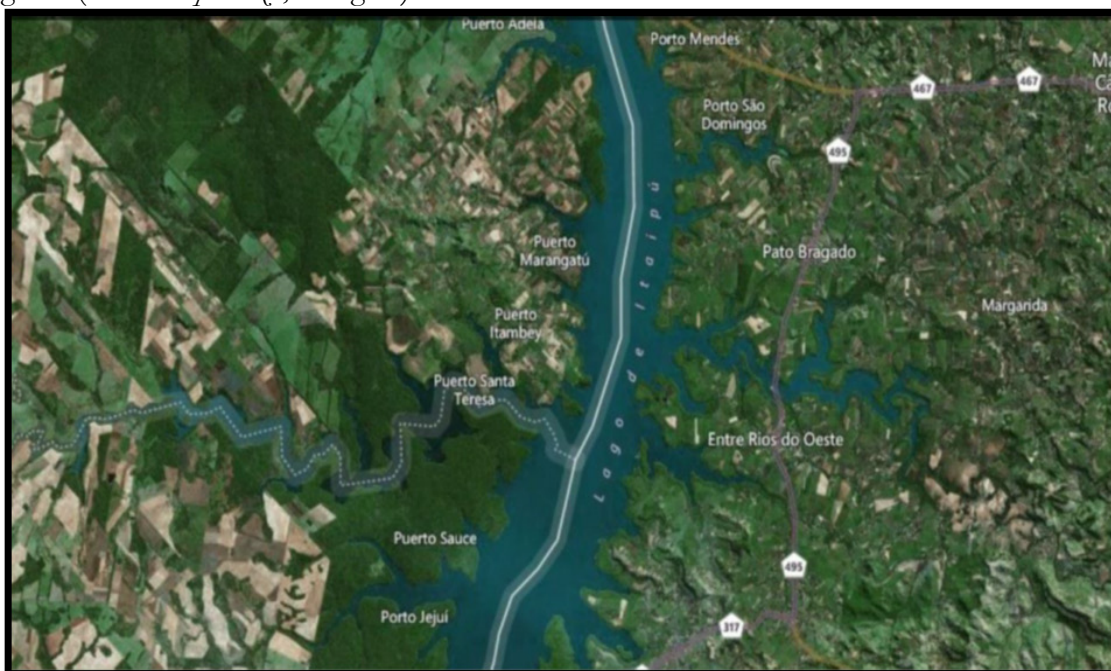
[...] aponta para um espaço de interação, uma paisagem específica, com espaço social transitivo, composto por diferenças oriundas da presença do limite internacional, e por fluxos e interações transfronteiriças, cuja territorialização mais evoluída é a de cidades gêmeas [...] (MACHADO, 2005, p. 21).

Tal noção leva-nos a pensar que, apesar de “Colônia Marangatú” e “Pato Bragado” pertencerem a diferentes territórios nacionais, aquelas duas territorialidades indicam um espaço com inúmeras interações. Espaço fronteiro marcado pelo limite internacional é espaço também marcado por profundas diferenças sociais, culturais, econômicas e políticas. São essas diferenças geradas pelo limite internacional que normalmente promovem diferentes redes de interações transfronteiriças. Por exemplo, entre “Colônia Marangatú” e Pato Bragado, a busca por determinados tipos de serviços públicos e trabalho no lado brasileiro tem se dado por meio das redes sociais (amigos, parentes e vizinhos) que, por meio de informações, estimulam a formação de uma rede internacional, é o que Scherer-Warren (2005) chama de rede social ou rede de solidariedade. Quando alguém de “Colônia Marangatú” (*Nueva Esperanza*, Canindeyú/PY) necessita de determinado tipo de serviço médico-hospitalar ausente no lado paraguaio, logo um amigo, parente ou vizinho, em solidariedade ao doente e à família, ajuda com informações a buscar tal tipo de serviço no lado brasileiro (Pato Bragado/PR). É neste sentido que se forma “a rede” de solidariedade transfronteira/internacional. Para Marques (2000, p. 36):

[...] a força da análise de redes sociais, está na possibilidade de construir estudos muito precisos nos aspectos descritivos sem impor um arcabouço teórico conceitual como camisa de força. Este método de análise permite a realização de investigações sem a perda de visão da estrutura social ao mesmo tempo em que permite novos olhares sobre fenômenos mal compreendidos e outros aspectos da realidade social [...]

Para Scherer-Warren (2005, p. 41): “quando as redes de solidariedade constituem-se num movimento social poderão extrapolar os limites locais atingindo escalas internacionais”. É dentro desta perspectiva que pensamos a categoria de “redes” transfronteiriças, como uma rede que rompe os territórios nacionais. Mas como integrar a “rede” na análise geográfica das interações transfronteiriças? Dias (2002) nos lembra que uma das propriedades importantes da rede é a conectividade, já que representa as ligações existentes entre lugares. Segundo a autora, ao longo do tempo, a “rede” passa a significar um conceito com “nós” que são interligados por vias em que se pressupõe circulação material e informacional. É também neste sentido que o conceito de rede será aqui empregado. Portanto, o presente trabalho tem por objetivo analisar que fatores contribuíram e ainda contribuem para o surgimento de redes de interação transfronteiriças no segmento da zona de fronteira brasileiro-paraguaia formado por Pato Bragado (PR) e “Colônia Marangatú” (*Nueva Esperanza*/PY), (Figura 1). Para responder a tal objetivo, o trabalho foi dividido em duas partes: a primeira analisa aspectos geo-históricos das transformações econômicas e políticas lá ocorridas a partir da segunda metade do século XX; a segunda parte analisa a tipologia das redes de interações transfronteiriças que lá se estabeleceram. Finalizamos o trabalho indicando que as redes de interações transfronteiriças entre aquelas cidades foram, em parte, promovidas e facilitadas por obras técnicas conduzidas pelo Estado nacional brasileiro: a formação do lago ou reservatório de água sobre o rio Paraná para a Usina Hidrelétrica de Itaipu (1975-1982). Uma obra que facilitou, em parte, a circulação e a conectividade dos dois lugares próximos à fronteira linear.

Figura 1 – Localização das áreas estudadas, Pato Bragado (Paraná, Brasil) e Colônia “Marangatú” (*Nueva Esperanza*, Paraguai)



Fonte: GOOGLE MAPS, 2017. Organização da autora, 2017.

## Aspectos Geo-históricos

Para compreender as redes de interações transfronteiriças estabelecidas entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú”, faz-se necessário adentrar a história e analisar a formação das territorialidades de Pato Bragado e “Colônia Marangatú”. Para tal análise, fizemos um recorte temporal e partimos dos processos de exploração de recursos naturais (erva-mate, madeira) ocorridos na metade do século XIX com as chamadas “obragens”, processo de colonização e ocupação de Pato Bragado e, posteriormente, de “Colônia Marangatú”.

Em meados do século XIX, o governo brasileiro estabeleceu como escopo instalar forças militares nas áreas fronteiriças do estado paranaense com o Paraguai. Essas instalações militares garantiam a segurança e a soberania nacional na fronteira, uma estratégia geopolítica. Imbricado a tal processo, iniciaram-se políticas de “povoamento na fronteira”. O marco inicial para o “povoamento” foi a abertura das picadas<sup>4</sup>, caminhos rudimentares conectando lugares até a foz do Rio Iguazú. Naqueles trabalhos, os militares encontraram, nas terras localizadas no extremo Oeste do estado paranaense, algumas empresas explorando terras e erva-mate de forma ilegal, podendo contrabandear a erva-mate para os países da bacia do Prata (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004). Após tal constatação, o governo passou a intensificar os projetos de exploração e “povoamento” na região Oeste do Paraná; para isso, utilizou-se das empresas de exploração conhecidas como “Obragens”<sup>5</sup>. As terras que atualmente fazem parte

<sup>4</sup> Processo de retirada de cobertura vegetal ou desmatamento, para a instalação de moradias, construção de estradas, vilas e cidades.

<sup>5</sup> Empresas contratadas pelo governo para a abertura das terras, essas exploravam recursos naturais como madeiras nobres, erva-mate e outros.

do município de Pato Bragado eram pertencentes a *Obrageiras Companhia de Maderas Del Alto Paraná*, tal empresa instalou ali a Fazenda Britânia, que criou instalações para o beneficiamento da produção ervateira e porto para o escoamento e exportação. Nascia assim o Porto Britânia, um lugar que contava com armazéns e áreas para beneficiamento da erva-mate, além de contar com uma unidade fabril de extratos de laranja apepu<sup>6</sup> e óleo de erva-cidreira (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004).

Na área da atual “Colônia Marangatú” também ocorrem processos de explorações realizados pelas “Obragens”. Esses processos deram-se, notadamente, entre 1883 e 1940. Para Coelho (2015), o fracasso paraguaio na Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) passou a incitar ainda mais os problemas políticos, sociais e econômicos do Paraguai. Assim, o país passou a vender as terras situadas na parte leste de seu território, terras que foram sendo adquiridas por Companhias “Obrageiras”, que passaram a explorar recursos naturais como madeira e erva-mate. Essas companhias não voltaram suas atividades para o povoamento oriental paraguaio, apenas concentraram suas atividades em exploração dos recursos disponíveis nessas terras.

A partir dessa rápida análise geo-histórica, podemos encontrar as primeiras redes de interações transfronteiriças entre brasileiros e paraguaios, notadamente redes de trabalho estruturadas por essas empresas. Aquelas empresas contratavam trabalhadores paraguaios (muitos deles indígenas) e brasileiros, conhecidos como *Mensus*<sup>7</sup>, trabalhadores braçais. Além das redes de trabalho transfronteiriças, estruturaram-se outras redes, como a de comércio internacional de madeira, de extratos de laranja apepu e de chás como a cidreira e hortelã, que eram exportados para a Europa, Paraguai e Argentina. A madeira destinava-se à fabricação de móveis e extratos para a fabricação de perfumes na França. Já a erva-mate ia para Argentina e Paraguai (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004).

Após as empresas Obrageiras, as terras do Oeste paranaense passaram a ser exploradas pelas colonizadoras, empresas que adquiriram grandes extensões de terras no Paraná visando a venda para “colonos” vindos especialmente do Sul do Brasil. Já em 1946, a Colonizadora Maripá adquire as terras da fazenda Britânia; tal colonizadora continuou a explorar a erva-mate e a madeira nas terras do Porto Britânia. Para os serviços braçais, como a derrubada das árvores e a colheita da erva-mate, a colonizadora contava com os próprios moradores do Porto Britânia e com moradores do lado paraguaio; podemos assim observar mais uma rede de interação histórica que surgiu por meio do trabalho. Segundo Gregory, Myskyw e Gregory:

A utilização da mão de obra de paraguaios aumentou consideravelmente nos anos seguintes, pois eram, segundo relatos dos primeiros moradores e funcionários da Maripá no Porto Britânia, pessoas com muito mais habilidade e resistência física, no trabalho de derrubada das árvores [...] Sabiam como enfrentar a mata densa e aguentar o calor intenso e úmido do Rio Paraná ou em meio à floresta. (GREGORY; MYSKYW; GREGORY, 2004, p. 53).

A atividade de exploração e manejo da madeira e erva-mate exigia elevada mão de obra, desde a derrubada, manejo e transporte e escoamento da matéria-prima. Esse aumento no fluxo de pessoas que faziam o trajeto até o Porto Britânia acelerou a formação da vila de Pato Bragado, Vila Rio Branco e também um pequeno povoado no próprio Porto Britânia, era a

<sup>6</sup> Uma espécie de laranja silvestre de sabor marcante.

<sup>7</sup> *Mensus*, eram a mão de obra quase absoluta empregada nos trabalhos de extração para as “Obrageiras”. Trabalhadores mestiços, paraguaios, brasileiros e indígenas (COELHO, 2015), esses trabalhadores eram duramente explorados e estavam sob péssimas condições de trabalho.

“colonização” das terras do município de Pato Bragado e da região Oeste do Paraná. As terras exploradas pelas colonizadoras já estavam povoadas por indígenas guaranis e caboclos. No entanto, o Estado e as colonizadoras desconsideravam a presença daqueles grupos nessa região. Nesse processo, nascem discursos pejorativos que deslegitimavam a identidade guarani, esses eram chamados de “paraguaios” ou “bugres” e acabavam sendo desamparados pelos direitos de proteção indígena vigente à época, podendo assim avançar com o avassalador processo de colonização conhecido como “Marcha para o Oeste” (MAZUZAKI, 2015).

Segundo Coelho (2015), a “Colônia Marangatú” foi colonizada pela Imobiliária e Colonizadora “Marangatú”, entre 1960 e 1980. Tal Colonizadora tinha a posse de 84.240 ha, margeando o Rio Paraná; aquela terra era comercializada para camponeses paraguaios e migrantes brasileiros oriundos dos estados do Sul. Portanto, a partir de 1960, nova rede transfronteiriça nascia entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú”. Além da migração, outras redes foram sendo formadas; entre elas as econômico-comerciais, como a do café brasileiro levado ilegalmente para o lado paraguaio.

A partir de 1970, começaram a ocorrer mudanças profundamente significativas no cotidiano dos moradores das encostas do Rio Paraná. Em 1974 iniciaram-se as obras da Usina Hidrelétrica do Itaipu. A Itaipu negociava com os agricultores da área (camponeses, meeiros, arrendatários, posseiros) indenizações para as terras que seriam tomadas pelas águas. Segundo Germani (2003), para o funcionamento da usina foi necessária a construção de um reservatório que tomaria as terras circundantes ao Rio Paraná, logo, essa área deveria estar livre de moradores; em outras palavras, as terras às margens do Rio Paraná deveriam estar desocupadas. A Itaipu utilizou de processos jurídicos para desapropriar esses moradores, passando a se responsabilizar em pagar as indenizações pelas terras, mas algumas indenizações eram baixas e injustas. Na região se instalou um clima hostil marcado por conflitos e luta pela permanência das famílias nas terras e por preços melhores pelas terras. Em outubro de 1982, iniciou-se a formação do Reservatório da Itaipu; depois de 12 dias, as terras desses agricultores já estavam submersas e os agricultores, expropriados.

A expropriação daqueles agricultores gerou redes de migração para o Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, Amazonas e Acre. Em contrapartida, alguns desses agricultores não tinham recursos suficientes para migrar em direção a outros estados mais longínquos. Desse modo, passaram a migrar para o lado paraguaio, de maneira especial, em direção ao “Departamento de” Canindeyú, *Nueva Esperanza*, município da qual a “Colônia Marangatú” faz parte. No lado paraguaio, os brasileiros buscavam reconstruir suas vidas e instalar suas propriedades sem perder o contato e o vínculo com os familiares que ficaram em terras brasileiras (COELHO, 2015). Outro fator que estimulou a migração para o Paraguai foi a denominada modernização da agricultura, que esfacelava os pequenos agricultores que não tinham recursos financeiros para acompanhar tal modernização. Segundo Albuquerque:

As denominadas modernização e mecanização da agricultura, com a expansão dos plantios de soja na década de 1970, favoreceram o deslocamento de muitos agricultores, posseiros e arrendatários das terras brasileiras próximas à fronteira para o Leste do Paraguai. Nesse contexto, o governo ditatorial do Paraguai efetiva um grande plano de colonização agrícola na região fronteiriça com o Brasil, facilitando a entrada de empresas e colonos estrangeiros nos departamentos fronteiriços. Os desdobramentos da Marcha para o Oeste no Brasil se encontraram com a Marcha *al Este* no Paraguai a partir da década de 1960. A Marcha *al Este* visava reassentar os camponeses que viviam na área central e mais populosa do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2009, p. 141).

As redes da migração brasileira para o interior do território paraguaio tiveram sua gênese ligada aos processos de modernização e expropriação de terra na formação do reservatório da Itaipu, processos que “massacravam” os pequenos produtores de Pato Bragado e região. Além disso, a oferta de terras baratas no Paraguay incentivou a migração brasileira para o país vizinho. A rede da migração brasileira foi também estimulada pelo próprio governo paraguaio, que passou a permitir a venda de terras nas zonas fronteiriças aos brasileiros. O ex-presidente *Stroesser* (1954-1989) concentrou suas políticas de povoamento na região Leste do Paraguay, especialmente, para os departamentos fronteiriços que se encontravam, do ponto de vista político, em certo abandono. Tal processo de ocupação gerou, posteriormente, inúmeras ligações entre Brasil-Paraguay (COELHO, 2015).

A formação do Reservatório de Itaipu em 1982 transformou a fronteira obstáculo em fronteira permeável. A partir de tal fato, as redes de interação transfronteiriças entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú” foram se estabelecendo cotidianamente, redes que foram gerando fluxos de bens, mercadorias e pessoas. A facilidade de atravessar o limite internacional contribuiu para ampliar as redes de interação legais e ilegais. Entre as redes ilegais, em 1980, destaca-se o contrabando de café, de óleo e de hortelã, que eram escoados em portos clandestinos do Brasil para o Paraguai.

### **Tipologia das redes de interações transfronteiriças contemporâneas**

As redes de interação transfronteiriças entre Pato Bragado-“Colônia Marangatú” continuam sendo estabelecidas, mas, contemporaneamente, assumem outra tipologia se comparadas às redes históricas. As redes de interações transfronteiriças ainda se realizam por meio do transporte fluvial e os portos de embarque/desembarque utilizam o mesmo nome dos portos do passado, isto é, Porto Britânia no lado brasileiro e *Puerto Marangatú* no lado paraguaio. Ainda que seja uma passagem não legalizada entre Brasil e Paraguai, os portos têm sido utilizados cotidianamente para fluxo de pessoas e o transporte de produtos e mercadorias, notadamente de consumo corrente, de moradores de “Colônia Marangatú” e Pato Bragado. A travessia de pessoas e mercadorias de um lado a outro da fronteira não tem controle dos Estados nacionais; sem postos de fiscalização, todas as redes que lá se estruturaram e ainda se estruturam são, do ponto de vista dos Estados nacionais, ilegais.

Encontramos uma rede que persiste na escala temporal, em distintos períodos: é a rede de migração brasileira em direção ao Paraguai. No entanto, verifica-se também que muitos migrantes brasileiros dentro do país vizinho, após certo tempo e por diferentes razões, retornam ao Brasil, retorno que forma uma rede de migrantes do Paraguai para o Brasil. Por exemplo, na década de 1980, após moradores de Pato Bragado migrarem para *Marangatú* impulsionados pelos baixos preços das terras e pela atividade econômica do cultivo da hortelã, com o declínio de tal atividade, muitos brasileiros que haviam migrado para *Marangatu* passaram a retornar para o Brasil. Atualmente, o retorno de brasileiros ao país se dá basicamente por dois motivos: o primeiro é a falta de acesso a serviços públicos no lado paraguaio, notadamente, saúde e educação; o segundo está ligado ao processo de modernização-mecanização cada vez mais presente no lado paraguaio, o que acaba pressionando o pequeno agricultor que não acompanha tal modernização a vender suas terras e retornar ao lado brasileiro.

Como em Colônia Marangatú não há oferta de emprego, as famílias retornam em busca de trabalho. Por exemplo, o entrevistado 1<sup>8</sup> residiu por muitos anos com sua família em *Marangatú*, a família trabalhava na lavoura, mas a situação começou a ficar complicada, mal conseguiam tirar para subsistência familiar. O entrevistado falou sobre a dificuldade de se obter trabalho em *Marangatú*, razão pela qual “retornam ao lado brasileiro atrás de trabalho, pois *lá* só tem lavoura, não tem fábrica, as serrarias fecharam, só se quiser trabalhá de peão ou arrendar, mas tem muito pouco”. Por outro lado, o retorno de migrantes brasileiros ao país se explica também pelo acesso aos direitos de trabalho e outros diretos, como o de aposentadoria em lado brasileiro. Um entrevistado 2<sup>9</sup> explicou que são os direitos dos trabalhadores aqui no Brasil que fomentam o retorno de brasileiros e até mesmo filhos de brasileiros nascidos no Paraguai que os fazem buscarem trabalho no lado brasileiro. Além disso, os direitos trabalhistas no Brasil diferem dos direitos trabalhistas no Paraguai. Por exemplo, para o entrevistado paraguaio: “aqui no Brasil temos direitos, podemos aposentá depois com o tempo, eles assina a carteira, se fica doente ganha auxílio, trabaia, né. Aqui no Pato tem aonde trabaia sempre”. Esse entrevistado se refere às empresas bragadenses, pois assinam carteira de trabalho, têm salário pago referente ao que se pede no sindicato e posteriormente esses trabalhadores poderão se aposentar, pois são recolhidas as contribuições referentes a esse benefício salarial. O mesmo não é verificado em lado paraguaio.

Outra rede estabelecida do lado paraguaio em direção ao lado brasileiro é a rede pela busca de serviços médico-hospitalares e de educação. Durante a pesquisa de campo, foi possível verificar que inúmeras pessoas saem de “Colônia Marangatú” em direção a Pato Bragado em busca de serviços de educação e de saúde. No setor da educação, Pato Bragado conta com uma rede pública de ensino que inicia no Centro Municipal de Ensino Infantil Gotinha de Mel, passando pela escola Municipal Marechal Deodoro até o Ensino Médio no Colégio Estadual Pato Bragado (essas são as únicas escolas em Pato Bragado).

Embora a “Colônia Marangatú” também ofereça serviços na rede de educação pública, como a prestada pela *Escuela Mariscal Lopez*, que conta com ensino básico e ensino médio, segundo a pesquisa de campo, os serviços de educação lá ofertados são insuficientes para a demanda dos moradores da Colônia e, por vezes, considerados de pouca qualidade se comparados aos oferecidos em lado brasileiro (Pato Bragado). Daí a busca por serviços de educação na rede pública de Pato Bragado. Quem busca tais serviços são, normalmente, migrantes brasileiros no interior do Paraguai ou filhos de brasileiros nascidos com nacionalidade paraguaia.

As redes também se estabelecem em busca de serviços de saúde, em que brasiguaios e paraguaios atravessam a fronteira visando obter atendimentos. Todos os entrevistados, durante a pesquisa, falaram sobre a problemática da saúde em “Colônia Marangatú”. Existe lá uma unidade de atendimento, mas essa não atende à demanda da localidade, além disso, os atendimentos ali ofertados são de baixa complexidade, comorbidades mais graves devem ser levadas para cidades maiores como *Ciudad Leste* e *Troncal*; o deslocamento para tais cidades se dá principalmente por estradas de chão e as estradas nessas localidades se encontram em péssimas condições. Combinando esses fatores com uma considerável distância, os moradores de “Colônia Marangatú” optam por serem atendidos em Pato Bragado.

---

<sup>8</sup> Entrevista realizada no dia 10 de agosto, em Pato Bragado, com um brasiguai, balconista em um bar.

<sup>9</sup> Entrevista realizada no dia 10 de agosto, em Pato Bragado, com um paraguaio que reside agora em Pato Bragado e que preferiu não se identificar.



O município de Pato Bragado conta com um Centro de Saúde, uma Unidade de atendimento para a família e Hospital Villela Capriotti, com corpo clínico composto por: ginecologista, pediatra, psicólogo, nutricionista, enfermeiros, técnicos de enfermagem, dentista, assistente social e farmacêutico. No Centro de Saúde, há consultórios para clínico geral, sala para aplicação de vacinas e injetáveis, além de sala para atendimentos de emergências e urgências; na Unidade de atendimento para a família há atendimento de pediatra, ginecologista, psicólogo e dentistas; os internamentos são atendidos no Hospital Villela Capriotti. Apesar de encontrar em Pato Bragado apoio médico hospitalar para determinadas comorbidades, não há nesse município atendimento para comorbidades de média e alta complexidade, nem atendimento para determinados exames, tratamentos diferenciados, determinadas intervenções cirúrgicas e nem estabelecimentos como maternidades. A população que necessitar de atendimento especial deve deslocar-se para outros locais que prestem o serviço necessário.

Mais uma rede que se estabelece entre Pato Bragado e “Colônia Marangatú” é a rede econômico-comercial; embora se modifique em termos de produtos e mercadorias, devido à variação cambial, gera interações cotidianas na zona de fronteira brasileiro-paraguaia analisada. Atualmente, essa rede é estruturada do lado paraguaio para o lado brasileiro. Segundo a pesquisa de campo, boa parte dos residentes na Colônia busca produtos e mercadorias de consumo corrente em Pato Bragado, pois os comércios, de modo geral, presentes na “Colônia Marangatú” não atendem às necessidades dos seus moradores. Na verdade, *Marangatú* tem uma pequena vendinha/mercadinho de propriedade do balseiro, onde são oferecidos itens básicos de alimentação e remédios. Assim, quando se faz necessária a compra de outros produtos e mercadorias os moradores atravessam a fronteira para comprar o que necessitam em lado brasileiro.

No que tange a fatores sociais e culturais, existem as festas que mobilizam moradores de ambos os lados da zona fronteiriça. A rádio brasileira transmite festas, divulga eventos e convida a população do lado paraguaio a participar em lado brasileiro. Essas interações sociais e culturais promovem encontros entre jovens e muitas vezes resultam em casamentos entre moradores de Pato Bragado e de *Marangatú*. Muitos casais, após casar, vão morar no lado paraguaio, enquanto parte da família permanece na cidade de Pato Bragado, o que resulta numa rede de relações de parentesco transfronteiriça. Uma das festas em que participam moradores do lado paraguaio e brasileiros é a Festa de Nossa Senhora dos Navegantes de Pato Bragado, realizada atualmente na capela Nossa Senhora dos Navegantes, na linha KM 5, uma tradição naquele local. A imagem da Santa foi trazida para a localidade por caminhoneiros e trabalhadores que deslocavam madeira do município de Toledo até o Porto Britânia; ali foi feita uma gruta para a Santa. A primeira comunidade a sediar as festividades foi a associação dos moradores do KM 3, sede construída após a doação do terreno por um morador da localidade. Anos depois, a comunidade foi abandonada pelos moradores pela falta de sócios ocasionada pela migração campo-cidade, e aos impactos e abalos causados pela construção da Usina Hidrelétrica do Itaipu, já que famílias perderam suas terras, além de comunidades católicas como a do Barro Branco e Princesa que se extinguiram por desapropriação causada pela formação do Reservatório de Itaipu.

## Considerações finais

Em uma análise histórica da formação territorial de Pato Bragado e de “Colônia Marangatú”, encontramos presentes as redes de interação transfronteiriças, logo, essas não são apenas contemporâneas, são antigas, mas tornaram-se mais intensas na pós-formação do Reservatório de Itaipu. Para compreender essas interações históricas, fez-se necessário entender como essas áreas foram “colonizadas”. Nas Obragens encontramos, nessa zona de fronteira, as redes de interação por meios do trabalho nas Empresas “Obrageiras” que empregavam tanto paraguaios quanto brasileiros; os trabalhadores sofriam exploração de sua mão de obra, recebiam um ordenado baixo, que muitas vezes era pago em mercadorias que lhes eram fornecidas para a sobrevivência; além disso, eram quase que posse dos capatazes dessas empresas. Verificamos que as empresas “Obrageiras” visavam especificamente explorar as riquezas naturais (madeiras nobres, erva-mate, laranja apepu) em ambas as áreas, portanto a “colonização” dessas áreas ficou a cargo das empresas Colonizadoras; o processo de mão de obra empregado nas “Obragens” repetiu-se nas Colonizadoras.

Constatamos que o principal fator para a intensificação das redes transfronteiriças, após a formação do reservatório de Itaipu, foi a facilidade no acesso às margens do rio, pois o relevo nas margens do Rio Paraná era íngreme e de difícil acesso, o que provocava riscos à população que buscava atravessar suas águas; além disso, após represamento do Rio Paraná, a correnteza de suas águas caudalosas desapareceu, bem como redemoinhos e rochas, facilitando a navegação fluvial entre o território brasileiro e o paraguaio. Por ter facilitado o acesso, as redes de interações transfronteiriças eram e ainda são redes ilegais, como a do contrabando do café e do óleo de hortelã. O contrabando do café ocorria de Pato Bragado até “Colônia Marangatú”, os contrabandistas de Pato Bragado mantinham diferentes profissões e faziam contrabando como fonte extra de renda. Já o contrabando de óleo de hortelã dava-se entre “Colônia Marangatú” e Pato Bragado. Os produtores de hortelã marangatunense buscavam melhores preços no Brasil. Constatamos a presença de redes de comércio de produtos ilegais até os dias atuais, e outros produtos também estão envolvidos, tais como cigarros, entorpecentes, eletrônicos e agrotóxicos.

Concluimos que as redes contemporâneas tecidas nessa área transfronteiriça se estruturaram por razões diversas, em busca de atendimentos de saúde, educação e até compras. Os moradores de “Colônia Marangatú”, alegam falta de apoio pelo governo paraguaio nos serviços públicos, como educação e saúde. Encontramos nessa cidade, uma Unidade de Saúde familiar que supre atendimentos primários, como prevenção e comorbidades leves; o processo de deslocamento para cidades que prestam outros atendimentos é dificultado pelas condições das estradas e os gastos clínicos fazem com que esses busquem atendimento em Pato Bragado. Os Marangatunenses conseguem o atendimento por meio das redes de solidariedade, adquirindo cadastro de munícipe ou cartão do SUS pelo endereço de familiares e conhecidos; além disso, alguns moradores têm propriedades em Pato Bragado, o que facilita a retirada de documentação para atendimento. Esses atendimentos a moradores do Paraguai em clínicas brasileiras não são fatos isolados de Pato Bragado e “Colônia Marangatú”, há esses acontecimentos em inúmeras áreas das zonas de fronteira brasileiras.

Na área da educação, encontramos escolas nas duas localidades estudadas. Mas, em “Colônia Marangatú”, não há creches e as crianças são aceitas na escola apenas aos quatro anos de idade, impossibilitando o trabalho como fonte de renda por parte da mãe. Podemos perceber que o estudo no Ensino Médio nessa cidade não é focado em vestibulares, então

os jovens que almejam uma educação continuada buscam nas escolas bragadenses esse complemento. Uma problemática encontrada no funcionamento da escola dessa cidade está relacionada com o tempo. Nos períodos chuvosos, a energia elétrica cai com muita facilidade; ademais, o acesso à estrada que leva à escola é quase impossível nos dias chuvosos. Esses fatos fazem com que as aulas sejam canceladas nesse período, fazendo com que esses alunos tenham um ensino defasado.

Pode-se perceber que, as redes formadas em busca de mercadorias de consumo corrente ocorrem pela falta de mercados em “Colônia Marangatú”; Nesta existem quatro vendas que têm produtos básicos como farinha, arroz, açúcar, e esses apresentam um preço alto. Quando há necessidade de fazer as “compras do mês”, ou comprar algo que não é ofertado nessas vendas, esses moradores se deslocam para Pato Bragado e fazem suas compras no comércio municipal. Após as compras, eles voltam de ônibus para o Porto Britânia e não há nenhuma fiscalização nos produtos adquiridos, sendo livre o trânsito de mercadorias nessa travessia cotidiana.

Encontramos redes históricas e contemporâneas, redes de interações transfronteiriças vivas no cotidiano dessa faixa de fronteira. E essas redes de interação, mesmo vistas como ilegais pelos Estados Nacionais, ocorrem cotidianamente entre os habitantes de Pato Bragado e “Colônia Marangatú”. As redes de interações transfronteiriças tecidas pela sociedade dessas localidades criam, nessa faixa de fronteira, uma territorialidade transfronteiriça que miscigena as duas territorialidades e suas tradições, idiomas e costumes. As redes mais densas tecidas de “Colônia Marangatú” para Pato Bragado ocorrem pela segregação social existente nas terras de “Colônia Marangatú”; os governantes de *Nueva Esperanza* falham na prestação de serviços básicos à comunidade marangatunense e essa demanda passa a ser atendida em Pato Bragado. Tendo isso em vista, faz-se necessário pensar em políticas internacionais bilaterais, para atender às demandas e visualizar as realidades dessas áreas transfronteiriças.

## Referências

ALBUQUERQUE, J. L. **A dinâmica das fronteiras:** deslocamento e circulação dos “brasi-guaios” entre os limites nacionais. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, 2009.

COELHO, D. C. **Conflitos agrários na fronteira entre o Brasil e o Paraguai:** o caso de *Colônia Marangatú*/PY. 2015. 167f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Marechal Cândido Rondon, 2015.

DIAS, Leila Christina. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I.; GOMES, P. C. da C.; CORREA R. L. (Orgs). **Geografia: conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

FERRARI, M. **Interações transfronteiriças na zona de fronteira Brasil-Argentina:** o extremo Oeste de Santa Catarina e Paraná e a Província de Misiones (século XX e XIX). 2011. 445f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Florianópolis, 2011.

\_\_\_\_\_. **A zona de fronteira na perspectiva da geografia cultural:** lugar de distanciamento e conflitos ou lugar de reencontros culturais? Uma análise a partir das cidades gêmeas brasileiro-argentinas. Marechal Cândido Rondon, 2015.

GERMANI, I. G. **Expropriados terra e água:** o conflito da Itaipu. Salvador: EDUFBA/ULBRA, 2003.

- GOOGLE MAPS, 2017. Fronteiras entre Brasil e Paraguai. Disponível em:<<https://www.google.com.br/maps/search/mapa+politico+de+canindeyu>>. Acesso em: 01 ago. 2017.
- GREGORY, V.; MYSKIW, A. M.; GREGORY, L. T. M. **Porto Britânia a Pato Bragado: memórias e histórias**. Marechal Cândido Rondon: Germânica, 2004.
- MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras, Redes. In. STROHAECKER, T. M.; DAMIANI, A. SCHAFFER, N.O.; BAUTH, N.; DUTRA, V.S. (Orgs.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.
- MACHADO, Lia Osorio et al. **Bases de uma Política Integrada de Desenvolvimento Regional para a Faixa de Fronteira**. 1ª. ed. Brasília, D.F.: Ministério da Integração Nacional, 2005. v. 1. 450p
- MARQUES, Eduardo C. **Estado e redes sociais: permeabilidade e coesão nas políticas urbanas no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.
- MAZUZAKI, T. I. A luta dos povos guarani no extremo Oeste do Paraná. **Revista Pegada Eletrônica** (Online), v. 16, p. 75, 2015.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- SCHERER-WARREN, Ilse. Redes de movimentos sociais no mundo multicultural. **Ka-tálasys**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 24-31, jan./jun. 2005.